

RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.366 - SP (2019/0281802-6)

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
RECORRENTE : DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
PROCURADOR : RICARDO GOUVEA GUASCO - SP248619
RECORRIDO : MAGALI BONETTO CARTAROZZI
RECORRIDO : EDDIO MARCELINO CARTAROZZI
ADVOGADO : CARINA POLIDORO - SP218084

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial (art. 105, III, "a", da CF) interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo cuja ementa é a seguinte (fl. 448, e-STJ):

APELAÇÃO. DESAPROPRIAÇÃO. PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO MEDIATO.

MÉRITO. INDENIZAÇÃO. Desapropriação que alcança parcela de lote, tornando inaproveitável a área remanescente. Imóvel expropriado totalmente inserido em APP. Indenização que se mede pelo valor que o bem geraria aos proprietários se vendido no mercado. O laudo pericial identifica o valor unitário do metro quadrado na região, ao qual foi aplicada redução de 20% pelo juízo em razão das limitações decorrentes do Direito Ambiental. Não identificação do vício atinente ao "error in iudicando". São úteis os elementos de comparação adotados pelo experto. O inconformismo do DER está lastreado em comparativos menos precisos, porque adotam terrenos com áreas que vão de 125m² a 441.650m², ao passo que o terreno expropriado mede pouco mais de mil m². É justa a indenização pela terra nua da área remanescente inaproveitável porque a desapropriação acarretará a demolição de prédio ali edificado, sem que seja possível a construção de um novo, menor, por força de limitações decorrentes do fato de que o terreno está situado em AP P. Embora situado em APP, o lote tem construção e seria vendido nessas condições. Seu preço, portanto, seria depreciado em relação a imóveis similares não situados em APP, por conta das limitações para novas construções, mas não seria reduzido a ponto de equiparar-se a terreno nu sobre o qual não pudesse ser erigida qualquer construção. Correção do valor fixado para indenização pelas construções. A idade aparente dos prédios não foi determinante para a discrepância entre os valores ofertados e aqueles encontrados pelo perito. O experto atribuiu às construções uma idade aparente maior do que o próprio DER, porque enquanto o experto estimou em 20 anos, o DER, na via administrativa, havia estipulado 10 anos.

JUROS MORATÓRIOS. Aplicabilidade da Medida Provisória nº 2.183-53 de 2001. Termo inicial em Iº de janeiro do exercício seguinte àquele em que o pagamento deveria ser efetuado. Inteligência do art.

15- B do Decreto -Lei nº 3.365/1941, incluído pela Medida Provisória nº 2.183-53 de 2001.

CUMULAÇÃO DE JUROS MORATÓRIOS E JUROS COMPENSATÓRIOS. Impossibilidade. Alteração do entendimento adotado pelo Relator diante do julgamento do REsp 1.118.103/SP, em sede de regime de recursos repetitivos, servindo de precedente com efeito vinculante em razão da dinâmica empregada pelo NCPC. Interpreta-se que a nova orientação empregada pelo STJ sobre a matéria significa a insubsistência da Súmula nº 102 do STJ.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Fixação da verba honorária em R\$ 8.000,00. Inaplicabilidade de honorários apurados na forma do art. 85, 3º, do CPC.

Incidência da regra prevista no art. 27, §1º, do decreto-lei 3.365/41. Diferença de R\$ 1.410,820,40 entre a oferta e o valor da indenização. Inocorrência da hipótese de modicidade dos honorários arbitrados em pouco mais de 0,5% do referido valor.

RECURSOS NÃO PROVIDOS. REJEITADA A REMESSA NECESSÁRIA.

Os Embargos de Declaração foram parcialmente acolhidos nos seguintes termos (fl. 498, e-STJ):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Impugnação do fundamento do acórdão que negou provimento a recursos de apelação.

OBSCURIDADE. A fundamentação empregada pelo julgado destacou que a fixação de juros compensatórios ocorreu em razão de haver nos autos prova do deferimento do pedido de imissão na posse, mas não de que ela efetivamente ocorreu. A parte esclarece que não aconteceu a imissão. Apenas a fim de esclarecer a extensão da condenação, cumpre integrar a fundamentação apenas para fazer constar que, se futuramente devidos, em razão de eventual perda da posse antes que seja possível o levantamento integral do valor da indenização, os juros compensatórios deverão observar os Temas 126, 184, 280, 281, 282 e 283 dos Recursos Repetitivos do STJ. Recurso provido em parte neste ponto. Não há obscuridade quanto aos juros de mora, devidos somente se houver a expedição de precatório, e sem que seja possível cumular seu pagamento com o de juros compensatórios.

PREQUESTIONAMENTO. Art. 5º, incisos LIV e LV, da CF/88, e art. 26 do Decreto-lei 3.365/41. Não havia razão para apreciar qualquer questão processual à luz dos aludidos dispositivos porque a matéria não foi introduzida pelo recurso de apelação.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS EM PARTE.

O recorrente, nas razões do Recurso Especial, alega que ocorreu violação dos arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil/2015 e dos arts. 15-A

e 28 do Decreto-Lei 3.365/1941. Defende, em suma, que "os juros devem ser reduzidos para 6% ao ano. Pois, o E.STF julgou recentemente a ADIN 2332 e reconheceu a constitucionalidade da previsão do artigo 15-A do DL 3365/41 que previu a estipulação de juros compensatórios em 6% a.A, revogando a liminar concedida em 2002 que tinha reconhecido a sua inconstitucionalidade" (fl. 510, e-STJ).

Contrarrazões às fls. 512-521, e-STJ.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 534-535, e-STJ).

O Ministério Público Federal, em parecer da Subprocuradora-Geral da República Denise Vinci Tulio, opinou pela devolução do processo ao Tribunal de origem (fls. 544-549, e-STJ). Eis a ementa do parecer:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL.
DESAPROPRIAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE
OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. JUROS
COMPENSATÓRIOS. JULGAMENTO PELO STF DA ADI 2.332/DF.
CONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 15-A DO DL 3.365/41.
REVISÃO DAS TESES REPETITIVAS DO STJ SOBRE O TEMA.
SUSPENSÃO DO FEITO.

1 – O Tribunal “*a quo*” examinou expressamente a matéria posta em juízo, de forma clara, objetiva e suficiente, embora tenha concluído de forma contrária à pretensão do recorrente, razão pela qual não há que se falar em omissão do julgado.

2 – O tema dos juros compensatórios foi abordado pela Primeira Seção dessa eg. Corte na Questão de Ordem no Recurso Especial 1.328.993/CE, visto que a orientação adotada por essa Corte Superior destoa do entendimento do Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado de constitucionalidade. Naquela ocasião foi determinado o sobrestamento de todos os feitos que discutem a questão, para revisão das teses repetitivas em que se baseou o Tribunal *a quo*.

3 – Parecer pela devolução dos autos ao Tribunal de origem.

É o relatório.

Decide-se.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 25.11.2019.

Verifica-se que a matéria referente à taxa de juros compensatórios aplicável a Ação de Desapropriação encontra-se afetada à Primeira Seção do STJ e aguarda julgamento (QO no REsp 1.328.993/CE, Rel. Ministro Og Fernandes, Primeira Seção, DJe 4.9.2018).

Transcrevo a ementa do julgado:

PROCESSUAL CIVIL. QUESTÃO DE ORDEM.
RECURSOS REPETITIVOS. JULGAMENTO SUPERVENIENTE DE

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - ADI. ADEQUAÇÃO. NECESSIDADE. ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO. REFORMA AGRÁRIA. JUROS COMPENSATÓRIOS. REVISÃO DAS TESES REPETITIVAS 126, 184, 280, 281, 282 E 283, BEM COMO DAS SÚMULAS 12, 70, 141 E 408 DO STJ. SUSPENSÃO NACIONAL. DETERMINAÇÃO.

1. Em 17/6/2018, o Supremo Tribunal Federal julgou o mérito da ADI 2.332, estabelecendo balizas para a fixação da taxa de juros compensatórios incidente nas desapropriações, em termos diversos do entendimento adotado por esta Corte Superior nos precedentes obrigatórios.

2. Diante de referido julgado, superveniente e em controle concentrado de constitucionalidade, faz-se necessária a adequação das Teses Repetitivas 126, 184, 280, 281, 282 e 283 e da Súmula 408 do STJ.

3. Com fulcro nos arts. 927, § 4º, do CPC/2015 e 256-S, § 1º, do RISTJ, em atenção aos princípios da segurança jurídica, proteção da confiança e isonomia, formula-se a presente questão de ordem.

4. Determina-se, com fundamento no art. 1.037, II, do CPC/2015 e por economia processual, inclusive para prevenção do ajuizamento de futuras ações rescisórias embasadas na coisa julgada inconstitucional, a suspensão de todos os processos em trâmite no território nacional a partir do momento em que a questão em tela - taxa de juros compensatórios aplicável às ações de desapropriação - se apresente, ressalvados incidentes, questões e tutelas interpostas a título geral de provimentos de urgência nos processos objeto do sobrestamento.

5. Questão de ordem acolhida, para fins de revisão de entendimento das teses repetitivas firmadas nos REsps 1.114.407/SP, 1.111.829/SP e 1.116.364/PI.

(QO no REsp 1328993/CE, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/08/2018, DJe 04/09/2018)

Desse modo, em observância ao princípio da economia processual e à própria finalidade da Lei 11.672/2008, é possível ao relator determinar o retorno dos autos à origem, onde ficarão sobrestados até a publicação do acórdão proferido nos autos do recurso representativo da controvérsia.

Confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. DEMANDA RECURSAL SOBRE JUROS COMPENSATÓRIOS EM CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA. SUBMISSÃO AO REGIME DE RECURSOS REPRESENTATIVOS DE CONTROVÉRSIA REPETITIVA. PET. 12.344/DF. RESP 1.328.993/CE. DEVOLUÇÃO AO TRIBUNAL DE ORIGEM. EARESP 380.796/RS.

1. Uma vez submetido determinado tema ao regime de julgamento de recursos especiais repetitivos, é cabível a devolução dos autos ao Tribunal "a quo" para efeito do art. 1.030, inciso III, do CPC/2015. Inteligência do EAREsp 380.796/RS.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1461814/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 20/08/2019)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. JUROS COMPENSATÓRIOS. CABIMENTO. MATÉRIA JULGADA SOB O RITO DOS REPETITIVOS (REsp 1.116.364/PI). QUESTÃO DE ORDEM. REVISÃO DOS TEMAS 126, 184, 280, 281, 282 e 283/STJ, EM VIRTUDE DA ADI 2.332/STF. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À CORTE DE ORIGEM. ACLARATÓRIOS ACOLHIDOS, COM EFEITOS INFRINGENTES.

1. No caso, quanto à matéria de fundo, a Primeira Seção desta Corte, utilizando-se da sistemática introduzida pelo art. 543-C do CPC, consolidou entendimento no sentido de que "eventual improdutividade do imóvel não afasta o direito aos juros compensatórios, pois esses restituem não só o que o expropriado deixou de ganhar com a perda antecipada, mas também a expectativa de renda, considerando a possibilidade do imóvel 'ser aproveitado a qualquer momento de forma racional e adequada, ou até ser vendido com o recebimento do seu valor à vista'" (REsp 1.116.364/PI, Rel. Ministro Castro Meira, Primeira Seção, DJe 10/9/10). 2. Na sessão do dia 8/8/2018, a Primeira Seção suscitou questão de ordem no REsp 1.328.993/CE, propondo a revisão das teses firmadas nos Temas repetitivos ns. 126, 184, 280, 281, 282 e 283/STJ, em virtude do julgamento de mérito pelo Supremo Tribunal Federal da ADI 2.332, que estabeleceu balizas para a fixação da taxa de juros compensatórios incidente em desapropriações.

3. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes, para determinar o cancelamento das decisões anteriores e a restituição dos autos ao Tribunal de origem.

(EDcl no AgInt nos EDcl no REsp 1409326/PB, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 08/02/2019)

Ressalte-se que, em 20.8.2008, o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a Questão de Ordem no RE 540.410, Rel. Ministro Cezar Peluso, concluiu pela possibilidade de devolução aos órgãos julgadores de origem, para os fins previstos no art. 543-B do CPC, dos Recursos Extraordinários e Agravos cujo tema apresente repercussão geral reconhecida pelo Plenário daquela Corte, ainda que interpostos contra acórdãos publicados em momento anterior à regulamentação do instituto, que se deu em 3.5.2007.

Pelo exposto, **determina-se a devolução dos autos ao Tribunal de origem**, com a respectiva baixa, para que, após a publicação do acórdão a ser

Superior Tribunal de Justiça

proferido no recurso representativo da controvérsia, o apelo especial: I) tenha seguimento negado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça; II) seja novamente examinado pelo Tribunal de origem, caso o aresto hostilizado divirja do entendimento firmado nesta Corte (artigo 1.040, I e II, do novo CPC/2015).

Observa-se, ainda, que, de acordo com o artigo 1.041, § 2º, do referido diploma legal, "quando ocorrer a hipótese do inciso II do *caput* do art. 1.040 e o recurso versar sobre outras questões, caberá ao presidente ou ao vice-presidente do Tribunal recorrido, depois do reexame pelo órgão de origem e independentemente de ratificação do recurso, sendo positivo o juízo de admissibilidade, determinar a remessa do recurso ao tribunal superior para julgamento das demais questões", cuja diretriz metodológica, por certo, deve alcançar também aqueles feitos que já tenham ascendido ao STJ.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator